



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

**DECISÃO ADMINISTRATIVA
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**

Objeto: Contratação de prestação de serviços para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias Vinculadas a mesma, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue.

Órgão Licitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município.

Impugnante: SPEC ENERGY SERVIÇOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 45.243.378/0001-54, com sede em Linha 51, S/N, Sala 02, Letra C, Interior, Maravilha, SC, CEP 89.874-000.

I – RELATÓRIO:

Trata-se de pedido de esclarecimentos apresentado pela empresa **SPEC ENERGY SERVIÇOS LTDA**, no qual são suscitadas dúvidas técnicas e operacionais acerca do Edital e do Termo de Referência, especialmente no que se refere à definição do escopo do objeto, subgrupos técnicos, quantitativos, responsabilidades de execução, interfaces com concessionária, estruturas de fixação, soluções com baterias, sistemas off-grid, software de monitoramento, logística operacional e condições de execução.

Embora formalmente qualificado como pedido de esclarecimento, verifica-se que o conteúdo apresentado extrapola a simples elucidação de dúvidas, assumindo natureza materialmente impugnativa, na medida em que questiona a suficiência do planejamento da contratação e a clareza dos elementos essenciais à formulação das propostas.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

2.1. DO ENQUADRAMENTO DO PEDIDO E DA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DO EDITAL:

Inicialmente, cumpre destacar que o pedido apresentado, embora formalmente qualificado como esclarecimento, possui conteúdo que ultrapassa a mera elucidação de dúvidas, assumindo natureza



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

materialmente impugnativa, na medida em que questiona a suficiência do planejamento da contratação e a clareza dos elementos essenciais à formulação das propostas.

Nesse contexto, sua análise deve ser realizada sob o regime jurídico aplicável às impugnações, considerando os princípios e normas estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relacionados ao planejamento da contratação, à competitividade e ao julgamento objetivo.

Superada essa premissa, cumpre consignar que o instrumento convocatório não pode ser interpretado de forma fragmentada ou isolada, sendo imprescindível a adoção de interpretação sistemática, integrada e finalística, considerando o conjunto de suas disposições e a natureza do objeto licitado.

A leitura isolada de itens da planilha orçamentária, de trechos do Termo de Referência ou de dispositivos específicos do edital, sem a devida contextualização, conduz a conclusões equivocadas, como as apresentadas pela impugnante, que desconsidera a lógica global da contratação.

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve estabelecer os elementos necessários à definição da solução, o que não implica, todavia, a obrigatoriedade de apresentação de projeto executivo fechado, especialmente em contratações de engenharia estruturadas sob o modelo de solução integrada ("turn-key").

No caso concreto, verifica-se que o edital e seus anexos:

- ✓ Definem de forma clara o objeto da contratação;
- ✓ Estabelecem o regime de execução como solução integrada;
- ✓ Fixam o critério de julgamento baseado no menor preço por lote;
- ✓ Delimitam as condições de participação e execução;

Dessa forma, eventual ausência de detalhamento absoluto de todos os aspectos técnicos não configura omissão ou falha de planejamento, mas sim opção técnica legítima, compatível com a natureza da contratação adotada.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União corrobora esse entendimento:

“O edital deve ser interpretado de forma sistemática, não sendo adequada a análise isolada de seus dispositivos para fins de caracterização de irregularidade.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:

“Não se exige da Administração a apresentação de todos os elementos executivos da contratação, especialmente em modelos que



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

atribuem ao contratado a responsabilidade pela definição técnica da solução."

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

Assim, a pretensão da impugnante de exigir detalhamento exaustivo e prévio de todos os aspectos técnicos do objeto revela-se incompatível com o modelo de contratação adotado, bem como com a legislação vigente.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ O pedido possui natureza materialmente impugnativa;
- ✓ O edital deve ser interpretado de forma sistemática e integrada;
- ✓ Não há obrigação de apresentação de projeto executivo fechado;
- ✓ O instrumento convocatório contém elementos suficientes para formulação das propostas;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.2. DO ESCOPO, SUBGRUPOS TÉCNICOS E QUANTITATIVOS:

A impugnante sustenta suposta ausência de correlação entre os itens constantes da planilha orçamentária, os subgrupos técnicos e os quantitativos previstos no Termo de Referência, alegando possível inconsistência capaz de comprometer a compreensão do objeto e a formulação das propostas. A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que a estruturação da planilha orçamentária em contratações de engenharia, especialmente sob o modelo de solução integrada ("turn-key"), não exige vinculação rígida e direta entre cada item orçamentário e uma unidade física específica, tampouco correspondência literal com subgrupos técnicos previamente definidos.

No caso concreto, verifica-se que a organização da planilha decorre de técnica orçamentária adequada, voltada à:

- ✓ Padronização de custos para soluções replicáveis;
- ✓ Viabilização de execução descentralizada em múltiplas unidades;
- ✓ Consolidação de insumos e serviços recorrentes;

A repetição de determinados itens ao longo da planilha não configura erro ou inconsistência, mas sim mecanismo técnico de replicação de soluções, amplamente utilizado em projetos de engenharia que envolvem múltiplos pontos de instalação, como é o caso de sistemas fotovoltaicos distribuídos.

Ademais, em contratações dessa natureza, a Administração define o escopo e as diretrizes gerais da solução, cabendo ao licitante, no momento da elaboração de sua proposta e posterior execução:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- ✓ Estruturar o projeto executivo;
- ✓ Correlacionar tecnicamente os itens e subgrupos;
- ✓ Otimizar a composição da solução conforme sua metodologia;

Exigir da Administração a prévia vinculação detalhada entre cada item da planilha e subgrupos técnicos específicos implicaria:

- ✓ Engessamento da solução técnica;
- ✓ Limitação da liberdade de engenharia do licitante;
- ✓ Potencial restrição à competitividade;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União reconhece a legitimidade dessa abordagem:

“Em contratações de natureza integrada, não se exige da Administração a definição exaustiva de todos os elementos técnicos, cabendo ao contratado o detalhamento da solução.”

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:

“A estruturação da planilha orçamentária pode adotar critérios de padronização e replicação, desde que não comprometa a compreensão do objeto.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

No caso em análise, não há qualquer demonstração de que a estrutura adotada tenha gerado:

- ✓ Impossibilidade de compreensão do objeto;
- ✓ Dificuldade na elaboração das propostas;
- ✓ Vantagem indevida a qualquer licitante;

Limitando-se a impugnante a interpretação isolada da planilha, dissociada da lógica global da contratação.

Ademais, todos os licitantes possuem acesso às mesmas informações e estão sujeitos às mesmas condições, inexistindo qualquer assimetria informacional.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ A estruturação do escopo e da planilha é tecnicamente adequada;
- ✓ A ausência de vinculação rígida com subgrupos técnicos não configura irregularidade;
- ✓ A repetição de itens decorre de técnica de replicação de soluções;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade ou à formulação das propostas;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.3. DOS PROJETOS EXECUTIVOS E INTERFACE COM CONCESSIONÁRIA:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

A impugnante sustenta a necessidade de detalhamento prévio, por parte da Administração, acerca de aspectos relacionados ao projeto executivo, parecer de acesso junto à concessionária, padrões de entrada e responsabilidades técnicas, alegando possível insuficiência de planejamento.

A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que a contratação em análise está estruturada sob o modelo de solução integrada de engenharia ("turn-key"), no qual a Administração define o objeto, os resultados esperados e as diretrizes técnicas gerais, cabendo ao contratado:

- ✓ A elaboração do projeto executivo;
- ✓ A definição das soluções técnicas específicas;
- ✓ A interface com a concessionária de energia elétrica;
- ✓ A obtenção de aprovações, autorizações e pareceres técnicos necessários;

Tal modelagem encontra pleno respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 18, que trata da fase preparatória, não exigindo da Administração a apresentação de projeto executivo fechado em contratações dessa natureza.

No caso concreto, o edital e o Termo de Referência estabelecem de forma clara que:

- ✓ A responsabilidade pelo projeto executivo é da contratada;
- ✓ Estão incluídas no escopo as tratativas junto à concessionária;
- ✓ A solução deve contemplar todas as etapas necessárias à efetiva conexão dos sistemas à rede elétrica;

Dessa forma, não há omissão ou lacuna no planejamento, mas sim distribuição legítima de responsabilidades, compatível com a natureza do contrato.

Importante destacar que a exigência de detalhamento prévio, pela Administração, de todos os aspectos relacionados à interface com a concessionária implicaria:

- ✓ Inversão indevida do risco técnico-operacional;
- ✓ Descaracterização do modelo de contratação integrada;
- ✓ Limitação da liberdade técnica dos licitantes;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme nesse sentido:

"Em contratações integradas, é legítima a transferência ao contratado da responsabilidade pela elaboração do projeto executivo e pela definição da solução técnica."

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

“Não se exige da Administração o detalhamento prévio de todos os elementos técnicos, especialmente quando a modelagem do contrato atribui ao contratado a responsabilidade pela solução.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

Ademais, a interface com a concessionária de energia elétrica constitui etapa inerente à atividade empresarial do contratado, sendo prática comum no mercado a assunção dessa responsabilidade pelo executor da obra.

A tentativa da impugnante de transferir tal responsabilidade à Administração não encontra respaldo legal, tampouco técnico.

Importante ressaltar, ainda, que a ausência de detalhamento exaustivo não compromete:

- ✓ A compreensão do objeto;
- ✓ A formulação das propostas;
- ✓ A competitividade do certame;

Uma vez que todos os licitantes estão sujeitos às mesmas condições e possuem capacidade técnica para desenvolver as soluções necessárias.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ A responsabilidade pelo projeto executivo e interface com a concessionária é legitimamente atribuída à contratada;
- ✓ A modelagem adotada é compatível com contratos de solução integrada;
- ✓ Não há omissão ou falha de planejamento;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.4. DAS ESTRUTURAS DE FIXAÇÃO E RESPONSABILIDADE ESTRUTURAL:

A impugnante questiona a ausência de laudos estruturais prévios e a definição expressa de responsabilidades quanto às estruturas de fixação dos sistemas fotovoltaicos, alegando possível insuficiência de planejamento e risco à execução contratual.

A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que, em contratações de engenharia estruturadas sob o modelo de solução integrada (“turn-key”), a Administração define os parâmetros gerais do objeto e o resultado esperado, cabendo ao contratado a responsabilidade técnica pela concepção, dimensionamento e execução da solução.

Nesse contexto, a avaliação das condições estruturais das edificações, bem como a definição das estruturas de fixação adequadas, constitui atribuições inerentes ao projeto executivo, cuja elaboração é de responsabilidade da contratada, conforme previsto no edital.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Assim, compete à futura contratada:

- ✓ Realizar vistorias técnicas nas unidades;
- ✓ Avaliar a capacidade estrutural das coberturas ou áreas de instalação;
- ✓ Dimensionar os sistemas de fixação adequados;
- ✓ Garantir a segurança estrutural da solução proposta;

A exigência de laudos estruturais prévios por parte da Administração somente se justificaria em contratações com projeto executivo previamente definido e fechado, o que não se verifica no presente caso.

Ao contrário, a exigência de tais documentos pela Administração implicaria:

- ✓ Antecipação indevida de etapas do projeto executivo;
- ✓ Transferência de responsabilidade técnica ao ente público;
- ✓ Descaracterização do modelo de contratação integrada;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara nesse sentido:

“Em contratações integradas, cabe ao contratado a responsabilidade pela elaboração do projeto executivo e pelas soluções técnicas necessárias à execução do objeto.”

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:

“Não se exige da Administração o detalhamento prévio de aspectos técnicos que são próprios da fase de execução, especialmente quando atribuídos ao contratado.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

Ademais, a responsabilidade estrutural da solução decorre diretamente das normas técnicas aplicáveis e da atuação do responsável técnico indicado pela contratada, o qual deverá emitir as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), garantindo a segurança e a conformidade da execução.

Importante destacar que a ausência de laudo prévio por parte da Administração não configura omissão, mas sim adequada distribuição de riscos e responsabilidades, compatível com a natureza do contrato.

A impugnante, por sua vez, não demonstrou qualquer prejuízo concreto à formulação das propostas ou à competitividade do certame, limitando-se a questionamentos genéricos.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ A responsabilidade pela avaliação estrutural e definição das fixações é da contratada;
- ✓ Não há obrigação de laudo estrutural prévio pela administração;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- ✓ A modelagem adotada é compatível com contratos de solução integrada;
- ✓ Não há falha de planejamento ou prejuízo à competitividade;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.5. DAS INSTALAÇÕES EM SOLO E CONDICIONANTES AMBIENTAIS:

A impugnante sustenta a necessidade de definição prévia, por parte da Administração, acerca de aspectos relacionados a instalações em solo, licenciamento ambiental e condicionantes civis, alegando possível insuficiência de planejamento e risco à execução contratual.

A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que, em contratações estruturadas sob o modelo de solução integrada de engenharia ("turn-key"), a Administração define o objeto e os resultados esperados, cabendo à contratada a responsabilidade pela concepção técnica, pelo dimensionamento da solução e pela adoção de todas as providências necessárias à sua execução.

Nesse contexto, as condições relativas a instalações em solo e eventuais exigências ambientais:

- ✓ Integram o risco técnico-operacional da execução;
- ✓ São inerentes à atividade empresarial do contratado;
- ✓ Constituem etapa natural do desenvolvimento do projeto executivo;

No caso concreto, o edital estabelece diretrizes suficientes para compreensão do objeto, não sendo exigível que a Administração antecipe, de forma exaustiva, todos os aspectos relacionados a licenciamento ambiental ou intervenções civis específicas, sobretudo quando tais elementos dependem da solução técnica a ser proposta pelo licitante.

Ademais, exigir da Administração a prévia definição de todos os condicionantes ambientais e civis implicaria:

- ✓ Antecipação indevida de etapas do projeto executivo;
- ✓ Limitação da liberdade técnica dos licitantes;
- ✓ Descaracterização do modelo de contratação integrada;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União corrobora essa compreensão:

"Em contratações integradas, cabe ao contratado a definição da solução técnica e a adoção das providências necessárias à sua execução, inclusive quanto a aspectos ambientais e operacionais."

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

“Não se exige da Administração o detalhamento prévio de todos os elementos executivos, especialmente quando tais aspectos dependem da solução a ser desenvolvida pelo contratado.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

Importante destacar que a eventual necessidade de licenciamento ambiental ou adequações civis não configura impedimento à formulação das propostas, mas sim elemento integrante do custo e da responsabilidade técnica do licitante, a ser considerado em sua proposta.

Ademais, todos os licitantes estão submetidos às mesmas condições, inexistindo qualquer assimetria informacional ou vantagem indevida.

A pretensão da impugnante, ao exigir detalhamento prévio absoluto desses elementos, revela-se incompatível com a lógica das contratações de engenharia sob regime integrado, nas quais se privilegia a liberdade técnica e a responsabilização do contratado pela solução.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ As condições relativas a instalações em solo e aspectos ambientais integram o risco técnico da execução;
- ✓ Não há obrigação de detalhamento prévio exaustivo por parte da administração;
- ✓ A modelagem adotada é compatível com contratos de solução integrada;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade ou à formulação das propostas;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.6. DA LOGÍSTICA, ACESSO E DESLOCAMENTO:

A impugnante suscita questionamentos quanto à ausência de detalhamento específico acerca das condições de logística, acesso às unidades e deslocamento de equipes, alegando possível comprometimento da formulação das propostas e da execução contratual.

A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que, em contratações de engenharia estruturadas sob o modelo de solução integrada (“turn-key”), a Administração define o objeto, suas diretrizes e o resultado esperado, cabendo à contratada a responsabilidade pela organização dos meios necessários à execução, incluindo aspectos logísticos e operacionais.

Nesse contexto, elementos como:

- ✓ Rotas de acesso;
- ✓ Condições específicas de deslocamento;
- ✓ Logística de transporte de equipamentos e equipes;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

constituem fatores inerentes à atividade empresarial do contratado, sendo considerados riscos ordinários da execução, a serem avaliados e internalizados pelo licitante no momento da elaboração de sua proposta.

No caso concreto, verifica-se que:

- ✓ O objeto está devidamente definido no edital;
- ✓ As unidades administrativas são identificáveis;
- ✓ Não há restrição de acesso que inviabilize a execução;

Ademais, todos os licitantes possuem acesso às mesmas informações e estão submetidos às mesmas condições, inexistindo qualquer assimetria informacional ou vantagem competitiva indevida.

A pretensão da impugnante de exigir detalhamento exaustivo e prévio de todos os aspectos logísticos revela-se incompatível com a natureza da contratação, implicando:

- ✓ Transferência indevida de responsabilidades à Administração;
- ✓ Engessamento da execução;
- ✓ Limitação da liberdade técnica dos licitantes;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União corrobora esse entendimento:

“Aspectos operacionais e logísticos da execução integram o risco empresarial do contratado, não sendo exigível seu detalhamento exaustivo pela Administração na fase preparatória.”

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:

“A ausência de detalhamento operacional não configura vício quando o objeto é compreensível e todos os licitantes estão submetidos às mesmas condições.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

Importante destacar, ainda, que a impugnante não demonstrou qualquer prejuízo concreto à formulação das propostas ou à competitividade do certame, limitando-se a questionamentos genéricos.

Por fim, eventuais ajustes operacionais relacionados à logística e deslocamento são naturalmente tratados na fase de execução contratual, não constituindo elemento impeditivo à licitação.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Os aspectos de logística, acesso e deslocamento integram o risco ordinário da execução;
- ✓ Não há obrigação de detalhamento exaustivo pela administração;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade ou à formulação das propostas;
- ✓ Não se verifica qualquer vício no edital;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.7. DAS BATERIAS, BMS E SISTEMAS ESPECIAIS:

A impugnante pleiteia a definição prévia e exaustiva de parâmetros técnicos relacionados a sistemas de armazenamento (baterias), BMS (Battery Management System) e demais sistemas especiais, alegando que a ausência de especificações detalhadas comprometeria a elaboração das propostas.

A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que a contratação em análise está estruturada sob o modelo de solução integrada de engenharia ("turn-key"), no qual a Administração define o resultado esperado e os requisitos mínimos de desempenho, cabendo ao licitante propor a solução técnica mais adequada.

Nesse contexto, a definição prévia de parâmetros fechados, tais como:

- ✓ Capacidade exata em kwh;
- ✓ Arquitetura detalhada de BMS;
- ✓ Configuração específica de sistemas de armazenamento;

Não constitui exigência legal, tampouco técnica, sendo, ao contrário, medida potencialmente restritiva à competitividade, na medida em que limitaria a liberdade de engenharia dos licitantes.

No caso concreto, verifica-se que o edital:

- ✓ Não impõe marca, modelo ou fabricante específico;
- ✓ Não restringe tecnologia;
- ✓ Define a necessidade funcional do sistema;
- ✓ Permite múltiplas soluções técnicas compatíveis com o objeto;

Tal modelagem está em consonância com os princípios da isonomia e da competitividade, na medida em que:

- ✓ Amplia o universo de participantes;
- ✓ Estimula a inovação tecnológica;
- ✓ Permite otimização de custos por diferentes soluções;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara ao reconhecer que a Administração deve evitar especificações excessivamente restritivas:

"A definição de requisitos técnicos deve limitar-se ao necessário para garantir a execução do objeto, vedada a imposição de especificações que restrinjam indevidamente a competição."

(TCU – Acórdão 2.512/2019 – Plenário)

No mesmo sentido:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

“Em contratações que envolvam soluções tecnológicas, é legítima a definição de requisitos de desempenho, em detrimento de especificações fechadas de solução.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

Importante destacar que a responsabilidade pela definição detalhada desses sistemas:

- ✓ Integra o escopo do projeto executivo;
- ✓ Compete ao licitante/contratado;
- ✓ Será avaliada quanto à aderência técnica e exequibilidade;

Ademais, a ausência de especificação exaustiva não compromete a formulação das propostas, uma vez que todos os licitantes estão submetidos às mesmas diretrizes e possuem liberdade técnica para estruturar suas soluções.

A pretensão da impugnante, ao exigir detalhamento absoluto, implicaria:

- ✓ Engessamento da solução técnica;
- ✓ Limitação da competitividade;
- ✓ Possível direcionamento indireto;

O que não se admite no regime jurídico das contratações públicas.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não há obrigação de especificação exaustiva de baterias, BMS e sistemas especiais;
- ✓ A modelagem adotada privilegia requisitos de desempenho, e não soluções fechadas;
- ✓ Não há restrição à competitividade;
- ✓ Não há prejuízo à formulação das propostas;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.8 – DOS SISTEMAS OFF-GRID E AUTOMAÇÃO:

A impugnante sustenta a necessidade de apresentação prévia, pela Administração, de diagramas detalhados, arquiteturas de sistema e especificações completas relativas a soluções off-grid e automação, sob o argumento de que a ausência desses elementos comprometeria a clareza do objeto e a elaboração das propostas.

A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que, em contratações estruturadas sob o modelo de solução integrada de engenharia (“turn-key”), a Administração não está obrigada a fornecer projeto executivo detalhado, diagramas completos ou arquitetura fechada dos sistemas, cabendo ao contratado a definição técnica da solução a ser implementada.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória deve estabelecer os elementos necessários à definição da solução, o que não se confunde com a exigência de detalhamento exaustivo de todos os componentes técnicos da execução.

No caso concreto, o edital:

- ✓ Define a finalidade dos sistemas a serem implantados;
- ✓ Estabelece diretrizes técnicas mínimas;
- ✓ Não restringe tecnologia ou arquitetura específica;
- ✓ Permite que os licitantes proponham soluções compatíveis com o objeto;

A ausência de diagramas detalhados ou de especificação completa de sistemas off-grid e automação não configura omissão, mas sim opção técnica compatível com o modelo de contratação adotado, que privilegia a liberdade de engenharia e a responsabilidade do contratado pela concepção da solução.

A exigência de detalhamento prévio absoluto implicaria:

- ✓ Descaracterização do modelo integrado;
- ✓ Engessamento da solução técnica;
- ✓ Restrição indevida à competitividade;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União corrobora esse entendimento:

“Em contratações integradas, a Administração define os resultados esperados, cabendo ao contratado a elaboração da solução técnica e do projeto executivo.”

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:

“Não se exige da Administração a apresentação de todos os elementos executivos, especialmente quando tais aspectos dependem da solução a ser desenvolvida pelo contratado.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

Ademais, a modelagem adotada pelo edital amplia a competitividade, ao permitir que diferentes tecnologias e arquiteturas sejam apresentadas pelos licitantes, desde que atendam às diretrizes estabelecidas.

Importante destacar que a impugnante não demonstrou qualquer prejuízo concreto à formulação das propostas, limitando-se a exigir detalhamento que, na realidade, integra a fase de execução contratual.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não há obrigação de apresentação prévia de diagramas ou arquiteturas detalhadas;
- ✓ A definição da solução técnica compete ao contratado;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- ✓ A modelagem adotada é compatível com contratos de solução integrada;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade ou à formulação das propostas;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.9 – DO SOFTWARE DE MONITORAMENTO:

A impugnante sustenta a necessidade de especificação detalhada e exaustiva do software de monitoramento a ser utilizado, incluindo funcionalidades, arquitetura, protocolos e requisitos técnicos específicos, alegando que a ausência de tais definições comprometeria a clareza do objeto e a formulação das propostas.

A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que, em contratações estruturadas sob o modelo de solução integrada de engenharia ("turn-key"), a Administração deve estabelecer os requisitos funcionais e de desempenho do sistema, não sendo exigível a definição prévia de solução tecnológica fechada ou de software específico.

No caso concreto, o edital:

- ✓ Define a necessidade de sistema de monitoramento;
- ✓ Estabelece a finalidade de acompanhamento e gestão da geração energética;
- ✓ Não restringe marca, plataforma ou tecnologia;
- ✓ Permite que os licitantes proponham soluções compatíveis com o objeto;

Tal abordagem está em plena consonância com os princípios da competitividade, isonomia e eficiência, uma vez que:

- ✓ Amplia o leque de soluções tecnológicas possíveis;
- ✓ Evita direcionamento a fornecedor específico;
- ✓ Estimula inovação e otimização de custos;

A exigência de especificação exaustiva e prévia de software implicaria:

- ✓ Restrição indevida à competitividade;
- ✓ Potencial direcionamento do certame;
- ✓ Limitação da liberdade técnica dos licitantes;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara ao reconhecer a legitimidade da definição por requisitos funcionais:

"A Administração deve, sempre que possível, definir o objeto por requisitos de desempenho, evitando especificações que restrinjam a competição."

(TCU – Acórdão 2.512/2019 – Plenário)

No mesmo sentido:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

“A ausência de detalhamento exaustivo de soluções tecnológicas não configura falha, quando o edital estabelece os resultados esperados e permite múltiplas alternativas técnicas.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

Importante destacar que a definição detalhada do software de monitoramento:

- ✓ Integra o projeto executivo da solução;
- ✓ Constitui responsabilidade do licitante/contratado;
- ✓ Será avaliada quanto à aderência às diretrizes do edital;

Ademais, a ausência de especificação fechada não compromete a formulação das propostas, uma vez que todos os licitantes estão submetidos às mesmas condições e possuem liberdade técnica para estruturar suas soluções.

A pretensão da impugnante, ao exigir detalhamento absoluto, revela-se incompatível com a natureza da contratação e com a legislação vigente.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não há obrigação de especificação exaustiva do software de monitoramento;
- ✓ O edital adota corretamente requisitos funcionais e de desempenho;
- ✓ Não há restrição à competitividade;
- ✓ Não há prejuízo à formulação das propostas;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.10 – DAS CONDIÇÕES DE GUARDA E SEGURANÇA:

A impugnante questiona a atribuição, ao contratado, das responsabilidades relacionadas à guarda, vigilância e segurança dos materiais, equipamentos e instalações durante a execução do objeto, alegando possível excesso de encargos e indefinição quanto às obrigações.

A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que, em contratos de engenharia — especialmente sob o modelo de solução integrada (“turn-key”) — a responsabilidade pela guarda e segurança dos bens empregados na execução constitui obrigação inerente ao contratado, decorrente diretamente do dever de execução integral e adequada do objeto.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente dos arts. 92 e 117, compete ao contratado:

- ✓ Executar o objeto com observância das condições pactuadas;
- ✓ Responder pela integridade dos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- ✓ Adotar as medidas necessárias à prevenção de danos, perdas ou extravios;

No caso concreto, o edital apenas reproduz essa lógica jurídica e operacional, ao atribuir ao contratado a responsabilidade pela guarda e segurança durante a execução, o que se revela:

- ✓ Compatível com a natureza do contrato;
- ✓ Proporcional às obrigações assumidas;
- ✓ Necessário à adequada execução do objeto;

Importante destacar que tais responsabilidades:

- ✓ Integram o risco ordinário da atividade empresarial;
- ✓ São consideradas na formação do preço da proposta;
- ✓ Não configuram exigência extraordinária ou desproporcional;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União corrobora esse entendimento:

“A atribuição de responsabilidades operacionais ao contratado, inclusive quanto à guarda e segurança dos materiais, é compatível com contratos de execução indireta.”

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:

“Não configura irregularidade a previsão de encargos operacionais ao contratado, quando inerentes à execução do objeto e considerados no preço ofertado.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

Ademais, a eventual ausência de detalhamento minucioso de todas as situações operacionais não configura omissão, uma vez que tais aspectos são naturalmente tratados no âmbito da execução contratual e do projeto executivo.

A pretensão da impugnante, ao exigir delimitação exaustiva dessas condições, revela-se incompatível com a dinâmica dos contratos de engenharia e com a própria distribuição de riscos inerente ao modelo adotado.

Importante ressaltar, ainda, que não há qualquer demonstração de prejuízo concreto à competitividade, tampouco indicação de que tais obrigações inviabilizem a participação de licitantes.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ A atribuição de responsabilidade pela guarda e segurança ao contratado é legítima;
- ✓ Trata-se de obrigação inerente à execução do objeto;
- ✓ Não há excesso ou desproporcionalidade;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade ou à formulação das propostas;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.11 – DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE:

A impugnante sustenta, de forma genérica, que as supostas inconsistências do edital comprometeriam a competitividade do certame, em afronta ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A alegação, contudo, não se sustenta diante da análise técnica e jurídica do instrumento convocatório.

Inicialmente, cumpre destacar que a caracterização de restrição à competitividade exige a demonstração concreta de que o edital:

- ✓ Impõe exigências desnecessárias ou desproporcionais;
- ✓ Cria barreiras indevidas à participação;
- ✓ Ou favorece determinado licitante em detrimento dos demais;

O que não se verifica no presente caso.

Ao contrário, conforme se depreende do conjunto do edital e de seus anexos:

- ✓ O objeto encontra-se claramente definido;
- ✓ Os requisitos técnicos são compatíveis com a natureza da contratação;
- ✓ O modelo adotado (solução integrada) amplia a liberdade técnica dos licitantes;
- ✓ O critério de julgamento é objetivo (menor preço por lote);
- ✓ Todos os interessados possuem acesso às mesmas informações;

Não há, portanto:

- ✓ Assimetria informacional;
- ✓ Direcionamento;
- ✓ Exigências desproporcionais;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme ao estabelecer que a mera alegação de restrição não é suficiente para caracterizar irregularidade:

“A restrição à competitividade somente se configura quando comprovada a imposição de exigências desnecessárias ou desproporcionais ao objeto.”

(TCU – Acórdão 2.512/2019 – Plenário)

No mesmo sentido:

“A mera alegação de prejuízo à competitividade, desacompanhada de demonstração concreta, não é apta a invalidar o edital.”

(TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário)

Importante destacar que a modelagem adotada pela Administração, ao privilegiar requisitos de desempenho e permitir múltiplas



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

soluções técnicas, favorece a competição qualificada, ampliando o universo de possíveis participantes.

Ademais, as questões levantadas pela impugnante:

- ✓ Referem-se, em grande parte, a aspectos operacionais e técnicos próprios da fase de execução;
- ✓ Não impedem a compreensão do objeto;
- ✓ Não inviabilizam a elaboração das propostas;

Por fim, não há qualquer demonstração de que empresas aptas estejam impedidas de participar do certame, limitando-se a impugnante a alegações abstratas e desprovidas de comprovação efetiva.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não há qualquer prejuízo à competitividade;
- ✓ O edital observa os princípios da isonomia e da ampla participação;
- ✓ Não há exigências restritivas ou desproporcionais;
- ✓ Não há assimetria informacional entre os licitantes;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

2.12 – DA DESNECESSIDADE DE REABERTURA DE PRAZO:

A impugnante pleiteia a reabertura de prazo do certame sob o argumento de que os esclarecimentos prestados e os pontos suscitados implicariam necessidade de republicação do edital. A pretensão, contudo, não merece acolhimento.

Nos termos do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, a reabertura de prazo somente é obrigatória quando houver modificação substancial do edital, capaz de impactar diretamente a formulação das propostas pelos licitantes.

No caso concreto, verifica-se que:

- ✓ Não houve alteração do objeto da contratação;
- ✓ Não houve modificação de quantitativos essenciais;
- ✓ Não houve alteração dos critérios de julgamento;
- ✓ Não houve inclusão de novas exigências ou restrições;

Ademais, os esclarecimentos prestados pela Administração possuem natureza meramente interpretativa e aclaratória, limitando-se a explicitar o conteúdo já constante do edital e de seus anexos, sem inovar no ordenamento do certame.

Dessa forma, não há qualquer impacto na elaboração das propostas, tampouco na competitividade ou isonomia entre os licitantes.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme nesse sentido:

“A reabertura de prazo somente é exigível quando as alterações promovidas no edital forem substanciais e afetarem a formulação das propostas.”



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:

“Esclarecimentos ou ajustes de natureza meramente formal não ensejam a republicação do edital nem a reabertura de prazo.”

(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

Importante destacar que a eventual reabertura de prazo, sem a presença de alteração substancial, implicaria:

- ✓ Atraso injustificado do procedimento;
- ✓ Prejuízo à eficiência administrativa;
- ✓ Comprometimento do atendimento ao interesse público;

Ademais, todos os licitantes permanecem em igualdade de condições, não havendo qualquer prejuízo à participação ou à competitividade.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não houve alteração substancial do edital;
- ✓ Os esclarecimentos possuem natureza meramente interpretativa;
- ✓ Não há impacto na formulação das propostas;
- ✓ Não se configura hipótese de reabertura de prazo;

Razão pela qual o pedido da impugnante deve ser integralmente rejeitado, mantendo-se o cronograma originalmente estabelecido.

III – DECISÃO:

Diante de todo o exposto, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos princípios que regem a Administração Pública e na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas,

DECIDO:

CONHECER do pedido apresentado pela empresa **SPEC ENERGY SERVIÇOS LTDA**, por preencher os requisitos de admissibilidade, ainda que formalmente qualificado como pedido de esclarecimentos, considerando sua natureza materialmente impugnativa;

e, no mérito,

REJEITAR AS ALEGAÇÕES DE IRREGULARIDADE, por não restar demonstrada qualquer ilegalidade, vício material ou restrição indevida à competitividade no Edital do Pregão Eletrônico nº PE011/2026PMQ;

ESCLARECER os pontos suscitados, nos termos da fundamentação, conferindo interpretação sistemática ao edital e seus anexos, sem alteração das condições do certame;

MANTER INTEGRALMENTE o instrumento convocatório, por atender aos requisitos legais, assegurar o julgamento objetivo e garantir a ampla competitividade;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

REJEITAR o pedido de reabertura de prazo, por ausência de modificação substancial do edital, nos termos do art. 55 da Lei nº 14.133/2021;

Determinando-se, por conseguinte, o **regular prosseguimento do certame**, com a manutenção do cronograma originalmente estabelecido.

IV – DETERMINAÇÕES:

- 1. Publique-se** a presente decisão no sistema eletrônico utilizado para a condução do certame (**LICITANET**) e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, assegurando ampla publicidade;
- 2. Dê-se ciência** à impugnante e aos demais interessados, para conhecimento dos fundamentos e da decisão proferida;
- 3. Registre-se** que não houve alteração substancial do edital, permanecendo íntegros o objeto, os critérios de julgamento e as condições de participação;
- 4. Mantenha-se** a data da sessão pública e o cronograma originalmente estabelecido;
- 5. Prossiga-se** regularmente com o certame, adotando-se as providências necessárias ao seu regular andamento.

Quijingue (BA), 24 de abril de 2026.

Roberlandio Souza Pinto
Pregoeiro